

ATENÇÃO: Prova Prático-Profissional (Subjetiva) - 16 de fevereiro de 2003, das 9:00 às 13:00 horas, devendo os aprovados comparecerem às 8:00 horas portando caneta azul ou preta e material de consulta, conforme edital.



**Prova Objetiva - III EXAME DE ORDEM / 2002
15.12.2002**

ÉTICA, ESTATUTO E REGULAMENTO DA OAB

01. O fato de o advogado passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com a advocacia é motivo para - assinale a alternativa certa:

- a) ser declarado licenciado da OAB;
- b) ter sua inscrição declarada nula;
- c) ter sua inscrição cancelada;
- d) ter sua inscrição considerada insubsistente.

02. Quanto ao mandato, é incorreto afirmar:

- a) que concluída a causa ou arquivado o processo, presumem-se o cumprimento e a cessação do mesmo;
- b) que sua revogação por vontade do cliente não o desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas;
- c) que sua renúncia implica declinar o motivo pelo qual renuncia;
- d) que qualquer advogado pode aceitar o mandato, mesmo quando haja outro advogado constituído, para a adoção de medidas urgentes e inadiáveis.

03. Não constitui infração ética. Assinale a alternativa correta:

- a) utilização de mala direta com informações genéricas sobre sua atividade;
- b) deixar ser divulgada lista de clientes e demandas;
- c) manter página, moderada, do escritório de advocacia pela internet;
- d) responder habitualmente a consulta sobre matéria jurídica relativa a processos em curso, nos meios de comunicação social.

04. Sobre advogado que renuncia a mandatos outorgados em conjunto por dois ou mais clientes, assinale a alternativa correta:

- a) não poderá, posteriormente, assumir o patrocínio de um deles contra o outro;
- b) poderá, posteriormente, assumir o patrocínio de um deles contra o outro, desde que obtenha autorização do cliente anterior;
- c) poderá, posteriormente, assumir o patrocínio de um deles contra o outro, desde que respeite o sigilo profissional;
- d) não poderá, posteriormente, assumir o patrocínio contra qualquer dos antigos clientes.

05. A criação e celebração dos denominados “convênios jurídicos” para prestação de serviços de advocacia e a conseqüente redução dos valores mínimos estabelecidos na Tabela de Honorários da OAB implica - assinale a alternativa correta:

- a) a valorização da cidadania e colaboração com as normas governamentais;
- b) a solidariedade social para com os carentes e necessitados de prestação jurisdicional;
- c) inculcar, captar cliente e angariar causas;
- d) atender aos preceitos constitucionais do amplo acesso ao poder jurisdicional.

06. Advogado que, sendo empregado de empresa, em nome dela recusa-se a praticar ato que considera ilegal - assinale a alternativa correta:

- a) comete infração ética, pois está ligado à empresa em decorrência de contrato trabalhista que deverá ser respeitado acima de tudo;
- b) obriga a empresa a consultar o Tribunal de Ética e Disciplina para apuração do grau de relevância do assunto;
- c) obedece aos princípios éticos e disposições estatutárias, ainda que exista relação laboral;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

07. Tício pretende atender a seus colegas, advogados do interior, que necessitem de alguém ligado às atividades advocatícias na Capital, para a realização de sustentações orais nos Tribunais, reprodução e encaminhamento de acórdãos, cumprimento de precatória, requisição de certidões etc. Para informar essa sua prestação de serviços, quer afixar cartazes em salas de advogados dos Fóruns do interior com os dizeres; a OAB recomenda; e remeter folhetos informativos para todas as Subseções. Em face de regramento ético vigente, assinale a alternativa certa:

- a) não existe tolerância quanto à remessa de folhetos para colegas advogados e a fixação de cartazes nas salas de Fóruns e de Subseções;
- b) é permitida a afixação de cartazes nas salas de Fóruns e de Subseções, vedada, porém, a remessa de folhetos, ainda que discretos, para os colegas advogados;
- c) é vedada a afixação de cartazes em salas de Fóruns e de subseções, porém é permitida a remessa de folhetos para os colegas advogados sem restrições;
- d) a publicidade deve ser moderada e discreta, ainda que dirigida especificamente para colegas, e a afixação de cartazes em salas de Fóruns e de subseções com os dizeres acima é proibida por implicar em inculcação.

08. Com relação ao advogado indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação de serviço, assinale a alternativa certa:

- a) não receberá honorários advocatícios por estar exercendo um munus da cidadania;
- b) poderá contratar seus honorários diretamente com o cliente;
- c) obedecerá à praxe de cobrança de honorários do lugar onde for efetuada a prestação de serviço;
- d) tem honorários fixados pelo juiz, segundo tabela da OAB, e pagos pelo

Estado.

09. Embora não recomendável eticamente, o advogado poderá exercer sua profissão concomitante com outra, desde que digna ou legalmente reconhecida, e em salas separadas, exceto quando ocorrer a hipótese de - assinale a alternativa correta:

- a) exercício concomitante com a profissão de corretor de seguros e/ou imóvel;
- b) exercício concomitante com a profissão de médico do serviço público federal;
- c) exercício concomitante com a profissão de médico legista lotado na Secretaria de Segurança Pública;
- d) todas as alternativas estão erradas por que o comando está errado.

10. Determinada advogada condenada pelo T.E.D. por infração disciplinar após recorrer para a respectiva Seccional vê seu recurso improvido. Resolve, então, ingressar com recurso para o Conselho Federal da OAB por entender que houve erro de julgamento. Indagasse: Qual é a Câmara do Conselho Federal que conhecerá deste recurso? Assinale a alternativa certa;

- a) Primeira Câmara;
- b) Segunda Câmara;
- c) Terceira Câmara;
- d) Quarta Câmara.

PROCESSO CIVIL / DIREITO CIVIL

11. Assinale a letra errada:

- a) O condômino é obrigado a concorrer, na proporção de sua parte, para as despesas de conservação ou divisão da coisa e suportar na mesma razão os ônus, a que estiver sujeita.
- b) As dívidas contraídas por um dos condôminos em proveito da comunhão, e durante ela, obrigam o contraente; mas asseguram-lhe ação regressiva contra os demais.
- c) Nenhum dos comproprietários pode alterar a coisa comum, sem o consenso dos outros.
- d) Qualquer um dos condôminos pode, se tiver o consenso da maioria, dar posse, uso, ou gozo da propriedade a estranhos.

12. Sobre locação, sublinhe a opção verdadeira:

- a) No contrato de locação, pode o locador exigir do locatário, em se tratando de prédio urbano ou rural, uma das seguintes garantias: caução, fiança, seguro de fiança locatícia.
- b) Se, findo o prazo, o locatário continuar na posse da coisa alugada, sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação pelo mesmo aluguel, por igual prazo.

() c) Morrendo o locador, ou locatário, transfere-se aos seus herdeiros, desde que haja previsão contratual, a locação por tempo determinado.

() d) Não é lícito ao locatário reter a coisa alugada, exceto no caso de benfeitorias necessárias, benfeitorias úteis, ou benfeitorias voluptuárias, se estas houverem sido feitas com expresse consentimento do locador.

13. Em relação ao direito de família, a assertiva incorreta é:

() a) O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo nos mais próximos em grau, uns em falta dos outros.

() b) São devidos os alimentos quando o parente, que os pretende, não tem bens, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e o de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.

() c) A pessoa obrigada a suprir alimentos poderá pensionar o alimentando, ou dar-lhe em casa hospedagem e sustento.

() d) Pode-se deixar de exercer, mas não se pode renunciar o direito a alimentos, salvo se diferentemente for ajustado no contrato de sociedade familiar.

14. Escolha a letra correta:

a São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I - os menores de dezesseis anos; II - os loucos de todo o gênero; III - os surdos-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade; IV - os ausentes, declarados tais por ato do juiz; V - os índios, ainda não civilizados.

b Os bens públicos são: I - os de uso comum do povo, tais como os mares, rios, estradas, ruas e praças; II - os de uso especial, tais como os edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento federal, estadual ou municipal; III - Os dominicais, isto é, os que constituem o patrimônio da União, dos Estados, ou dos Municípios, como objetivo de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades; IV - os de reserva legal, assim definidos em lei.

c Nas declarações de vontade se atenderá mais à sua intenção que ao sentido literal da linguagem, ainda que dispense o exercício hermenêutico.

d O erro na indicação da pessoa, ou coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o ato, quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.

15. Aponte a opção equívoca:

a A culpa acidental só obriga à satisfação das perdas e danos. É acidente a culpa, quando a seu despeito o ato se teria praticado, embora por outro modo.

b Nos atos bilaterais o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constituiu omissão dolosa, provando-se que sem ela se não teria celebrado o contrato.

c O herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança; incumbe-lhe, porém, a prova do excesso, salvo se existir inventário, que a escuse, demonstrando o valor dos bens herdados.

d Na sucessão legítima, a parte do renunciante acresce à dos outros herdeiros da mesma classe, e, sendo ele o único desta, devolve-se aos da subsequente.

16. Escolha a letra errada:

a Não havendo testamento, a herança é jacente, e ficará sob a guarda, conservação e administração de um curador: I - Se o falecimento não deixar cônjuge, nem herdeiro descendente ou ascendente, nem colateral sucessível, notoriamente conhecido; II - se os herdeiros, descendentes ou ascendentes, renunciarem a herança, e não houver cônjuge, ou colateral sucessível, notoriamente conhecido.

b Se com tio ou tios concorrem filhos de irmão unilateral ou bilateral, terão eles, por direito de representação, à parte que caberia ao pai ou à mãe, se vivessem.

c Em falta de irmãos, herdarão os filhos destes: se só concorrerem à herança filhos de irmãos falecidos, herdarão por cabeça; se só concorrerem filhos de irmãos bilaterais, com filhos de irmãos unilaterais, cada um destes herdará a metade do que herdar cada um daqueles; se todos forem filhos de irmãos germanos, ou todos de irmãos unilaterais, herdarão todos por igual.

() d) a pessoa excluída da sucessão não é obrigada a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido.

16. Destaque a premissa correta:

a É proibido o testamento conjuntivo, seja simultâneo ou recíproco, mas permitido o correspectivo.

b São requisitos essenciais do testamento público que: I - seja escrito por oficial público em seu livro de notas, de acordo com o ditado ou as declarações do testador, em presença de três testemunhas; II - as testemunhas assistam a todo o ato; III - depois de escrito, seja lido pelo oficial, na presença do testador e das testemunhas, ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial; IV - em seguida à leitura, seja o ato assinado pelo testador, pelas testemunhas e pelo oficial.

() c) Se, entre muitos co-herdeiros ou legatários de partes desiguais, for estabelecida substituição recíproca, a proporção dos quinhões, fixada na primeira disposição, entender-se-á mantida na segunda. Se, porém, com as outras anteriormente nomeadas, for incluída mais alguma pessoa na substituição, o quinhão vago pertencerá em partes iguais aos substitutos.

() d) A partir do término do inventário, pertence ao legatário a coisa legada, com os frutos que produzir.

16. Marque a opção errada:

a O consumidor pode desistir do contato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

b O fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes, ainda que autônomos.

c O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

d Considera-se locação para temporada aquela destinada à residência temporária do locatário, para prática de lazer, realização de cursos, tratamento de saúde, feitura de obras em seu imóvel, e outros fatos que decorram tão-somente de determinado tempo, e contratada por prazo não superior a trinta dias, esteja ou não mobiliado o imóvel.

16. Escolha a letra certa:

a Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada.

b A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule a matéria de que tratava a lei anterior, ainda que parcialmente.

c O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, à do último domicílio conjugal.

d É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu, mesmo que estrangeiro, domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação.

16. Assinale a opção errada:

a A prescrição interrompe-se: I - pela citação pessoal feita ao devedor, ainda que ordenada por juiz incompetente ou se achar perempta a instância, ou ação; II - pelo protesto, nas condições do número anterior; III - pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário, ou em concurso de credores; IV - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; V - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

b O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando: I - o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados; II - o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor construtor ou importador; III - não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

c O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se relevantes, entre as quais: I - o modo de seu fornecimento; II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi fornecido.

d O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetiva quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocadas por má administração.

16. Escolha a opção errada:

a No procedimento sumário, é lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.

b No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recuso de terceiro prejudicando e a intervenção fundada em contrato de seguro.

c O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente; primeiro as do réu e depois as do autor, providenciando de modo que uma não ouça o depoimento das outras.

d É lícito à parte contraditar a testemunha, argüindo-lhe a incapacidade, o impedimento ou a suspeição. Se a testemunha negar os fatos que lhe são imputados, a parte poderá provar a contradita com documentos ou com testemunhas, até três (3), apresentadas no ato e inquiridas em separado.

22. Marque a resposta errada:

a A apelação será recebida em seu efeito suspensivo, quando interposta de sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.

b A testemunha pode requerer ao juiz o pagamento da despesa que efetuou para comparecimento à audiência, devendo a parte pagá-la logo que arbitrada, ou depositá-la em cartório dentro de três (3) dias.

c O juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para a entrega do laudo. Incumbe às partes, dentro em cinco (5) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos.

d O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante ou respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

23. Destaque a premissa errada:

a Quando manifestamente inadmissível ou infundado o agravo, o tribunal condenará o agravante a pagar ao agravado multa entre um e vinte por cento do valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor.

b O credor não poderá iniciar a execução, ou nela prosseguir, se o devedor cumprir a obrigação; mas poderá recusar o recebimento da prestação, estabelecida no título executivo, se ela não corresponder ao direito ou à obrigação; caso em que requererá ao juiz a execução, ressalvado ao devedor o direito de embargá-la.

c Sempre será lícito ao devedor oferecer embargos à arrematação ou à adjudicação, fundados em nulidade da execução, pagamento, novação, transação, ou prescrição, desde que supervenientes à penhora.

() d) É lícito ao cônjuge, ao descendente, ou a ascendente do devedor remir todos ou quaisquer bens

penhorados ou arrecadados no processo de insolvência, depositando o preço por que foram alienados ou adjudicados.

24. Aponte a resposta correta:

a Concorrendo à remição vários pretendentes, preferirá o que oferecer maior preço; em condições iguais de oferta, deferir-se-á na seguinte ordem: I - aos descendentes; II - ao cônjuge; III - aos ascendentes.

b Na pendência do processo possessório é lícito ao autor ou ao réu intentar ação de reconhecimento do domínio.

c Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença, e, no processo de execução, até cinco (5) dias depois de arrematação adjudicação ou remição, mas sempre antes de assinatura da respectiva carta.

d A guarda e conservação de bens penhorados, arrestados, seqüestrados ou arrecadados serão confiadas a depositário, a administrador ou a oficial de justiça, não dispondo a lei de outro modo.

25. Destaque a opção errada:

a O agravo de instrumento será instruído com as peças apresentadas pelas partes, devendo constar obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, cópias de acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição de interposição de recurso denegado, das contra-razões, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. As cópias das peças do processo poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

b Na sessão de julgamento, depois de feita a exposição da causa pelo relator, o presidente, se o recurso não for de embargos declaratórios ou de agravo de instrumento, dará a palavra, sucessivamente, ao recorrente e ao recorrido, pelo prazo improrrogável de quinze (15) minutos para cada um, a fim de sustentarem as razões do recurso.

c No julgamento de apelação ou de agravo, a decisão será tomada, na câmara ou turma, pelo voto de 3 (três) juízes.

d Julgada a liquidação, a parte promoverá a execução, intimando pessoalmente o advogado do devedor.

26. Selecione a opção errada:

a A execução provisória da sentença far-se-á do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas: I - corre por conta e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os prejuízos que o executado venha a sofrer; II - o levantamento de depósito em dinheiro, e a prática de atos que importem alienação de domínio ou dos quais possa resultar grave dano ao executado, dependem de caução idônea, requerida e prestada nos próprios autos da execução; III - fica sem efeito, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior; IV - eventuais prejuízos serão liquidados no mesmo processo.

b Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de

segurança, em virtude de vedação legal.

c No mandato de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de cinco dias.

() d) Compete ao presente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

27. Escolha a opção errada:

a Para preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade das suas decisões, caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público.

b No Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de embargos infringentes e de divergências, não se fará o sorteio de novo relator.

c No Superior Tribunal de Justiça, o prolator da decisão impugnada será o relator do agravo regimental, com direito a voto.

d O ano judiciário no Superior Tribunal de Justiça divide-se em dois períodos, recaindo as férias dos Ministros nos períodos de 2 a 31 de janeiro e de 2 a 31 de julho.

28. Destaque a resposta incorreta:

a Compete ao réu, antes de discutir o mérito alegar: I - inexistência ou nulidade da citação; II - incompetência absoluta; III - inépcia da petição inicial; IV - perempção; V - litispendência; VI - coisa julgada; VII - conexão; VIII - incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização; IX - convenção de arbitragem; X - carência de ação; XI - falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige com preliminar.

b Considera-se inepta a petição inicial quando: I - lhe faltar pedido ou causa de pedir; II - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão; III - o pedido for juridicamente impossível; IV - contiver pedidos incompatíveis entre si.

c Serão representados em juízo, ativa e passivamente: I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus procuradores; II - o Município, por seu Prefeito ou procurador; III - a massa falida, pelo síndico; IV - a herança jacente ou vacante, por seu curador; V - o espólio, pelo inventariante; VI - as pessoas jurídicas, por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não os designando, por seus diretores; VII - as sociedades sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração dos seus bens, VIII - a pessoa jurídica estrangeira, pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil (art. 88, parágrafo único); IX - o condomínio pelo administrador ou pelo síndico.

d Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la. A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em

todos os graus da jurisdição, inclusive nos Juizados Especiais Cíveis, sendo que o assistente recebe o processo no estado em que se encontra.

29. Registre a resposta errada:

a A assistência não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos; casos em que, terminando o processo, cessa a intervenção do assistente.

b Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá denunciar à lide o proprietário ou o possuidor.

c É competente para as causas dos Juizados Especiais Cíveis o Juizado do foro: I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório; II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita; III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

() d) Não poderão ser partes, no processo de competência dos Juizados Cíveis Especiais, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

30. Designe a resposta correta:

() a) A sentença ilíquida, proferida no Juizado Cível Especial, de natureza condenatória será liquidada por contador judicial.

() b) Considera-se ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida para os Juizados Especiais Cíveis, salvo se o excesso for superior a um salário mínimo.

() c) O juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

() d) O recurso será interposto no prazo de oito dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

DIREITO PENAL/ PROCESSUAL PENAL

31. Não constitui sujeito passivo crime de estupro:

() a) a mulher virgem;

() b) a mulher menor de 18 anos;

() c) pessoa do sexo feminino;

() d) pessoa do sexo masculino.

32. Dá-se o arrependimento eficaz quando o agente:

- a) voluntariamente desiste de prosseguir na execução do crime;
- b) não consuma o ilícito por circunstâncias alheias à sua vontade;
- c) por empregar meio ineficaz, não consegue consumir o delito;
- d) voluntariamente impede que o resultado criminoso se produza.

33. Um oligofrênico está sendo espancado por um grupo de vadios e, para se livrar deles, lança contra eles uma barra de ferro que atinge um, ferindo-o mortalmente. O agente do fato está isento de:

- a) pena e medida de segurança, por ter agido em estado de necessidade;
- b) pena, mas não de medida de segurança;
- c) medida de segurança, mas não de pena;
- d) nenhuma alternativa se mostra correta.

34. A teoria da plenitude lógica do Direito sustenta que:

- a) não há lacunas no ordenamento jurídico;
- b) há lacunas na lei;
- c) não há lacunas na lei penal;
- d) não há lacunas no sistema jurídico.

35. O filho intervém, energicamente, a favor da mãe, diante das ameaças que o pai, embriagado, fazia à esposa. O marido não se conforma. Vai até o guarda-roupa, retira de lá uma espingarda e, pelas costas, aciona várias vezes o gatilho contra o filho. Nada acontece. A mãe, pressentindo aquele desfecho, retirara da arma todos os cartuchos. O pai cometeu:

- a) crime falho;
- b) crime impossível;
- c) tentativa perfeita;
- d) tentativa imperfeita.

36. Zangado, prevendo a possibilidade de vir a ferir pessoas que se encontravam à sua volta, já nervoso, começa a disparar a sua arma até que uma das balas atinge Distraído que por ali se encontrava, produzindo-lhe lesão corporal. Qual o elemento subjetivo do crime praticado por Zangado?

- a) concurso formal homogêneo;
- b) dolo eventual;
- c) aberratio ictus;
- d) omissão de resultado fatal.

37. Justiceiro, prestando depoimento, sob compromisso, narra fatos pertinentes à causa, ainda que isso signifique atribuir fato criminoso a outrem, mas sem faltar com a verdade. Justiceiro age:

- a) em estado de necessidade;

- b) no exercício regular de um direito;
- c) no estrito cumprimento de um dever legal;
- d) na prática de calúnia.

38. Constitui elemento do crime culposo, além de outros:

- a) a compensação;
- b) a concorrência da culpa;
- c) o perdão judicial;
- d) a previsibilidade.

39. Desastrado, nervoso pela demora em ser atendido no posto do INSS, quebra o vidro do guichê, ferindo com os estilhaços o funcionário da Previdência e ainda adentrando o recinto, danifica um computador com um potente soco. Desastrado responde:

- a) tão-só pelo crime de dano;
- b) por crime de dano e lesão corporal dolosa;
- c) por crime de dano e lesão corporal culposa;
- d) por crimes de dano em concurso material e lesão corporal culposa.

40. Quando a vontade do agente não está dirigida para a obtenção do resultado, pois o que ele deseja é algo diverso, mas, prevendo que o evento possa ocorrer, assume o risco de causá-lo, configura-se dolo:

- a) direto;
- b) de perigo;
- c) eventual;
- d) genérico.

41. O Júri, ao apreciar os quesitos que lhe são formulados, avalia a prova seguindo o princípio:

- a) da identidade física do Juiz;
- b) do livre arbítrio;
- c) da íntima convicção;
- d) do livre convencimento.

42. Qual o princípio caracterizador da ação penal pública?

- a) o da indisponibilidade;
- b) o da imparcialidade;
- c) o da inquisição;
- d) o do contraditório.

43. Azarado, preso em flagrante - prisão legal - foi denunciado como incurso nas sanções do art. 12 da Lei 6368 - tráfico de entorpecentes. Contratado para

defendê-lo, para que aguarde o julgamento em liberdade, você deverá requerer:

- a) habeas corpus;
- b) liberdade provisória;
- c) relaxamento da prisão em flagrante;
- d) nenhuma das alternativas.

44. Segundo as normas constitucionais e legais que regem a espécie, é correto afirmar-se que:

- a) a liberdade é a regra, enquanto a custódia preventiva constitui exceção;
- b) a liberdade provisória não é cabível quando o crime é cometido com violência à pessoa;
- c) a prisão preventiva tem caráter obrigatória quando o crime é punido com reclusão;
- d) a liberdade provisória não pode ser concedida ao agente desempregado.

45. A e B são acusados de prática do crime de corrupção passiva porque, na condição de fiscais da Previdência Social, solicitaram vantagem indevida a comerciantes, em condição irregular, localizados em Brasília, Gama e Taguatinga, tendo sido presos em flagrante nesta última cidade. É competente para julgar o crime o juízo:

- a) da Circunscrição Judiciária do Gama;
- b) federal de primeiro grau;
- c) de Taguatinga;
- d) de Brasília.

46. Ante a norma expressa de que “a prova da alegação incumbirá a quem a fizer”, é correto afirmar:

- a) incumbe ao Órgão da acusação demonstrar a existência do fato e a sua autoria;
- b) incumbe à defesa demonstrar a inexistência do fato ou que o réu não foi o seu autor;
- c) cabe ao réu demonstrar que é primário;
- d) o juiz não pode, de ofício, determinar diligências visando ao esclarecimento do fato.

47. O Delegado de Polícia mandará arquivar o inquérito policial quando:

- a) a autoria do crime não estiver suficientemente comprovada;
- b) a excludente de criminalidade militar em favor do acusado de forma inquestionável.;
- c) houver dúvida quanto à identidade da vítima;
- d) nenhuma das alternativas.

48. O Promotor de Justiça requer o arquivamento do inquérito policial e o Juiz considera improcedentes as razões invocadas remetendo os autos ao Procurador-geral. Se este insiste no arquivamento:

- () a) pode o juiz baixar portaria inaugurando a ação penal;
- () b) cabe ação penal subsidiária;
- () c) estará o juiz obrigado a atender;
- () d) pode o juiz remeter os autos a outro Promotor em exercício na vara.

49. A subtração da coisa com violência à pessoa tipifica o crime de:

- () a) roubo;
- () b) furto;
- () c) roubo com causa de aumento de pena;
- () d) furto qualificado pelo resultado.

50. A interceptação de comunicações telefônicas de qualquer natureza, para prova em processo penal:

- () a) só poderá ser autorizada se houver ação penal instaurada;
- () b) só pode ser requerida pelo Membro do MP;
- () c) pode ser requerida e determinada na investigação criminal e na instrução criminal;
- () d) pode ser determinada pelo Delegado, no inquérito.

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO

51. Em qual das circunstâncias abaixo é caracterizada a ocorrência de salário compulsivo?

- a O pagamento realizado pelo empregador referente aos quinze dias que precedem o início do benefício denominado de auxílio-doença pago pela Previdência Social.
- b O pagamento realizado pelo empregador referente às férias (marcadas para serem gozadas a partir de 22 de dezembro), com o acréscimo constitucional de 1/3 (um terço), e ao 13º salário (Gratificação Natalina), juntamente com o pagamento antecipado do salário de dezembro, no dia 20 deste, tudo em uma única rubrica sem a discriminação específica de cada parcela.
- c O pagamento realizado pelo empregador referente ao período de licença maternidade a ser descontado dos recolhimentos posteriores efetuados pela empresa à Previdência Social.
- d O pagamento realizado pelo empregador referente à complementação do auxílio doença pago pela Previdência Social de forma a assegurar ao trabalhador a mesma remuneração como se estivesse trabalhando.

52. É vedado ao empregador empregar mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a quantos quilos?

- a 02 (dois) quilos para o trabalho contínuo ou 05 (cinco) quilos para o trabalho ocasional.
- b 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional.
- c 50 (cinquenta) quilos para o trabalho contínuo ou 60 (sessenta) quilos para o trabalho ocasional.
- d 120 (cento e vinte) quilos para o trabalho contínuo ou 150 (cento e cinquenta) quilos para o trabalho ocasional.

53. Qual o prazo de que dispõe o empregador para anotar a Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado, quando da sua admissão?

- a 30 (trinta) dias.
- b 01 (uma) semana.
- c 48 (quarenta e oito) horas.
- d Imediatamente, pois o empregado somente pode começar a trabalhar se a sua CTPS já estiver anotada.

54. As disposições constantes de Convenção Coletiva de Trabalho se aplicam?

- a Somente aos trabalhadores filiados à entidade sindical profissional que tenha assinado a Convenção Coletiva de Trabalho.
- b A todos os trabalhadores e empregadores existentes na localidade onde se encontra a base territorial dos sindicatos convenientes, independente de filiação sindical.
- c Somente aos empregadores que utilizem a mão-de-obra de trabalhadores que tenham comparecido à assembléia que autorizou a celebração da Convenção Coletiva de Trabalho.
- d Somente às relações de trabalho no âmbito da representação dos sindicatos que participaram da Convenção Coletiva de Trabalho.

54. Qual é o prazo máximo de vigência de uma Sentença Normativa?

- a 01 (um) ano.
- b 02 (dois) anos.
- c 03 (três) anos.
- d 04 (quatro) anos.

56. Na hipótese de uma empresa brasileira contratar um trabalhador brasileiro no Brasil para prestar serviços no exterior, quais serão as obrigações impostas pela legislação brasileira que deverão ser observadas pela empresa durante a realização de trabalho em outro país?

- a A empresa fica desobrigada de cumprir a legislação trabalhista brasileira durante a realização de trabalho em outro país.
- b Por serem ambos brasileiros e o contrato de trabalho ter sido celebrado no Brasil, a legislação trabalhista brasileira deverá ser observada durante tal período.
- c Somente as obrigações legais trabalhistas consideradas de ordem pública em nosso Ordenamento Jurídico serão aplicáveis durante o período de trabalho no

exterior.

d Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

57. Considerando-se a ocorrência de uma única prorrogação, qual o prazo máximo de vigência de um contrato de experiência?

- a 90 (noventa) dias.
- b 180 (cento e oitenta) dias.
- c 01 (um) ano.
- d 02 (dois) anos.

58. Após a licença maternidade, ao retornar ao trabalho, que direito assiste à empregada, destinado à amamentação do próprio filho?

- a De trabalhar meio período por dia.
- b De 02 (dois) descansos especiais de 01 (uma) hora cada, durante a jornada de trabalho, até o filho completar 1 (um) ano de idade.
- c De 04 (quatro) descansos especiais de meia hora cada, durante a jornada de trabalho, até o filho completar 06 (seis) meses de idade.
- d De 02 (dois) descansos especiais de meia hora cada, durante a jornada de trabalho, até o filho completar 06 (seis) meses de idade.

59. Qual providência poderá o credor requerer, caso a empresa executada não efetue o pagamento devido, no prazo determinado, nem garanta a execução?

- a O credor poderá indicar bens de empresa executada para serem penhorados.
- b Não cabe a penhora de bens na Justiça do Trabalho.
- c Poderá requerer que a execução se dê por meio de precatório.
- d Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

60. Qual o recurso cabível para atacar sentença proferida em sede de Embargos à Execução?

- a Agravo de Instrumento.
- b Agravo Regimental.
- c Agravo de Petição.
- d Nenhuma das alternativas anteriores estão corretas.

61. Assinale a alternativa errada, considerando a seguinte proposição: Na audiência, na qual as partes foram convocadas para, pela primeira vez, comparecer perante o Juiz do Trabalho:

- a O não-comparecimento do reclamante importará no arquivamento do feito.
- b O não-comparecimento do reclamado, devidamente notificado, fará com que o feito seja processado à sua revelia, com confissão em relação à matéria de fato.
- c É obrigatória a presença apenas do advogado do reclamado, para oferecimento de contestação.
- d Não é obrigatória a presença do advogado do reclamante.

62. Os direitos dos trabalhadores rurais:

- a Prescrevem no prazo de 05 (cinco) anos durante a vigência do contrato de trabalho e em 02 (dois) anos após a sua extinção.
- b Não prescrevem durante a vigência do contrato de trabalho, mas somente em 02 (dois) anos após a sua extinção.
- c Prescrevem no prazo de 30 (trinta) anos.
- d São imprescritíveis.

63. Na vigência de Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que:

- a Tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição contida na norma coletiva.
- b Seja motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.
- c Seja levada a efeito para pressionar o empregador a promover melhorias das condições de trabalho.
- d Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

64. Na Justiça do Trabalho, qual o procedimento a ser observado para o processamento de Reclamação Trabalhista proposta contra uma empresa, cujo valor da causa for de R\$ 4.000,00?

- a Ordinário.
- b Sumaríssimo.
- c Extraordinário.
- d Extravagante.

65. Na hipótese do trabalhador, no desempenho de suas funções, ficar exposto a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância, em grau máximo, e, ao mesmo tempo, também ficar exposto a condições de periculosidade, com contato permanente com inflamáveis ou explosivos, com risco acentuado, ele receberá:

- a O adicional de insalubridade, na razão de 20% (vinte por cento) do salário mínimo e o adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) do salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.
- b O adicional de insalubridade, na razão de 20% (vinte por cento) do salário mínimo ou o adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) do salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.
- c O adicional de insalubridade, na razão de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo e o adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) do salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.
- () d) O adicional de insalubridade, na razão de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo ou o adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) do salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

66. Os atos de improbidade administrativa não importarão:

- a) a perda da função pública;
- b) a cassação de direitos políticos;
- c) a indisponibilidade dos bens;
- d) o ressarcimento ao erário.

67. Anote o enunciado correto, à luz da Lei nº 8112/90 e alterações:

- a) transferência é a passagem do servidor estável de cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo Poder;
- b) a vacância do cargo público poderá decorrer de ascensão funcional;
- c) a recondução do servidor estável poderá decorrer de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;
- d) o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquire estabilidade no serviço público ao completar dois anos de efetivo exercício.

68. Indique a alternativa incorreta: as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, nas referências à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obrigam:

- a) os Tribunais de Contas;
- b) os Municípios e respectivas Autarquias;
- c) os Estados, não os seus fundos;
- d) as empresas estatais dependentes.

69. Anote a alternativa correta:

- a) a rescisão do contrato administrativo pode ser determinada pela Administração, unilateralmente, no caso de instauração de insolvência do contratado;
- b) na hipótese de desatendimento de determinações regulares da autoridade designada para fiscalizar a obra, somente por via judicial se pode efetuar a rescisão;
- c) a modificação da estrutura da empresa contratada, que prejudique a execução do contrato, importa a automática suspensão deste;
- d) a rescisão amigável do contrato administrativo somente é possível quando expressamente prevista no instrumento.

70. Assinale a alternativa incorreta:

- a) na concorrência, a Administração acha-se vinculada ao edital;
- b) na tomada de preços, o licitante decairá do direito de impugnar o edital, se o não fizer até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de

habilitação;

c) a inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes;

d) a lei admite o tipo de licitação denominado “de técnica e preço”.

71. Marque a alternativa incorreta: dá-se a extinção do ato administrativo por:

a) revogação, por razões de oportunidade e conveniência;

b) cassação, por razões de ilegalidade;

c) caducidade, por superveniência de norma jurídica que tenha tornado inadmissível a situação antes permitida;

d) contraposição, em virtude de edição de ato com fundamento em competência diversa da que gerou o ato anterior, mas cujos os efeitos são contrapostos aos deste.

72. Na classificação do Código de Águas não se incluem as:

a) águas públicas;

b) águas particulares;

c) águas comuns;

d) águas militares.

73. Em matéria de desapropriação, não se pode afirmar:

a) é forma derivada de aquisição da propriedade;

b) retrocessão é o direito que tem o expropriado de exigir de volta o seu imóvel, caso o mesmo não tenha o destino para que se desapropriou;

c) é necessário que se faça por meio de justa indenização;

d) o sujeito passivo é o proprietário do bem.

74. Aponte o enunciado incorreto: a desapropriação é da competência:

a) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na hipótese do artigo 5º, XXIV, da Constituição Federal (por necessidade pública, utilidade pública e interesse social);

b) exclusiva do Município, na hipótese do artigo 182 da Constituição Federal (reforma urbana);

c) exclusiva da União, na hipótese do artigo 184 da Constituição Federal (por interesse social para fins de reforma agrária);

d) somente as alternativas b e c estão corretas.

75. Anote o enunciado errado:

a) o conceito de “fato do príncipe” confunde-se com o de “fato da administração”;

b) o fundamento normativo do equilíbrio econômico- financeiro do contrato administrativo tem raiz constitucional;

- () c) a concessão transfere ao concessionário a execução do serviço público, à sua conta e risco;
- () d) a concessão não transfere a titularidade do serviço público ao concessionário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

76. A lei tributária tem efeito retroativo:

- a quando reduz a alíquota ou a base de cálculo de imposto, taxa ou contribuição de melhoria.
- b quando institui ou majora tributo.
- c quando comina pena mais severa a ato não definitivamente julgado.
- d quando deixa de definir ato não definitivamente julgado como infração.

77. Imunidade é:

- a dispensa legal do pagamento do tributo ou penalidade pecuniária.
- b limitação constitucional ao poder de tributar.
- c limitação à cobrança de tributos estaduais e municipais, imposta pela União, através de lei complementar nacional.
- d forma especial de exclusão do crédito tributário.

78. As taxas são os tributos que têm por hipótese de incidência uma atuação estatal. Assinale a alternativa que corretamente delimite tal atuação, nos termos da Constituição Federal e da legislação tributária:

- a os serviços públicos universais (uti universi) podem ser custeados por meio de taxas, já que alcançam a coletividade considerada como um todo, o mesmo não podendo se dizer a respeito dos atos de polícia.
- b tanto os serviços públicos uti iniversi, como os uti singuli, também chamados singulares, na medida em que são mensuráveis e divisíveis, podem ser custeados por meio de taxas, juntamente com os atos de polícia.
- c somente os serviços públicos específicos, por serem de utilização individual e mensurável podem ser custeados mediante taxas de serviços, ocorrendo o mesmo com os atos de polícia, que devem ser específicos e divisíveis para serem custeados mediante taxas de polícia.
- d a atuação estatal suscetível de ser custeada mediante taxa é aquela que se refere indiretamente ao contribuinte, tal como uma obra pública que causa valorização imobiliária, aumentando o valor de mercado dos imóveis localizados em suas imediações.

79. Por outras modalidades, além do pagamento, a obrigação tributária pode se extinguir. Certamente, não é uma delas:

- a o desaparecimento do sujeito passivo.
- b a transação, sempre indicando a lei autorizadora, a autoridade competente para efetivá-la.
- c a compensação, desde que haja lei que autorize.
- d a decisão judicial passada em julgado.

80. A Constituição Federal estabeleceu o princípio da anterioridade em Direito Tributário. Podemos afirmar corretamente que:

- a o imposto lançado por motivo de guerra externa está sujeito ao princípio da anterioridade.
- b o imposto sobre a importação de produtos estrangeiros não está sujeito a tal princípio.
- c os empréstimos compulsórios “para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência” e as contribuições sociais que financiam a seguridade social terão sempre de se submeter a tal princípio.

d só terão de se submeter ao princípio da anterioridade os tributos que forem criados através de lei que expressamente estipule o período de um ano para que possam ser cobrados.

81. A respeito do crédito tributário podemos afirmar que:

a prefere a qualquer outro crédito, inclusive os provenientes da legislação trabalhista.

b sua cobrança judicial não está sujeita a concurso de credores.

c sua cobrança judicial está sujeita à habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.

d não há concurso de preferência entre as pessoas jurídicas de direito público.

81. Extinguem o crédito tributário:

a a moratória.

b o depósito do seu montante integral.

c a transação.

d as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.

81. A ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição, prescreve em:

a dois anos.

b cinco anos.

c dez anos.

d vinte anos.

84. Considerando os casos em que a anistia pode ser concedida em caráter limitado, assinale a única afirmação errada.

a às infrações da legislação relativa a determinado tributo.

b a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

c às infrações punidas com penalidades pecuniárias sem limite de montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.

d sobre condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuído pela mesma lei à autoridade administrativa.

85. Assinale a afirmação falsa:

a as taxas não poderão ter base de cálculo própria de imposto.

b a União, em determinados casos, poderá, mediante lei complementar, instituir empréstimos compulsórios.

c em casos especiais, é permitido à União instituir tratamento desigual entre

- contribuintes que se encontram em situações equivalentes.
d sempre que possível, os impostos terão carácter pessoal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

85. No âmbito do sindicato a que está filiado, ex-empregado de empresa privada, já aposentado:

- a tem direito a votar, mas não de ser votado;
- b tem direito a votar e a ser votado;
- c não tem direito a votar nem a ser votado;
- d não pode continuar filiado.

85. Não depende de aprovação do Senado a nomeação de:

- a Procurador-Geral da República;
- b Diretor do Banco Central;
- c Ministro do Tribunal de Contas da União indicado pelo Presidente da República;
- d Advogado-Geral da União.

88. Mais de 35 (trinta e cinco) anos é a idade mínima constitucionalmente exigida para alguém poder ser:

- a Presidente da República e Ministro de Estado;
- b Senador e Ministro do Tribunal de Contas da União;
- c Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Juiz de Tribunal Regional Federal;
- d Ministro civil do Superior Tribunal Militar e Juiz de Tribunal Regional Federal.

89. Deputado Federal será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, pela prática de crime comum, desde a:

- a expedição do diploma;
- b eleição;
- c posse;
- d candidatura deferida.

90. É processado e julgado pelo Senado, pela prática de crime de responsabilidade:

- a Chefe de missão diplomática de carácter permanente;
- b Ministro do Tribunal de Contas da União;
- c Advogado-Geral da União;
- d Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

90. É incorreta a seguinte afirmação:

- a os Estados-membros da Federação, em princípio, podem incorporar-se entre si;
- b o Distrito Federal não pode ser dividido em municípios;
- c é permitida, na forma da lei, relação de colaboração de interesse público entre Igreja e o Distrito Federal;

d não há necessidade de Estudos de Viabilidade Municipal para a criação de municípios.

90. A Constituição pode ser emendada:

- a mediante proposta isolada do Presidente da República;
- b na vigência de intervenção federal;
- c mediante sanção do Presidente da República;
- d ainda que a matéria constante da proposta tenha sido objeto de outra proposta rejeitada na mesma sessão legislativa.

93. Matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta:

- a do Presidente da República;
- b da maioria absoluta dos membros do Senado ou da Câmara;
- c de, no mínimo, dois terços dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- d A formulação da questão está errada, porque não é possível a apresentação de novo projeto sobre matéria constante de projeto de lei rejeitado, na mesma sessão legislativa.

94. O veto do Presidente da República a projeto de lei:

- a não pode ser parcial;
- b é apreciado pelo Congresso Nacional em sessão conjunta;
- c pode ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em sessão aberta;
- d deve ser comunicado ao Presidente da Câmara, dentro de 48 horas, com os motivos do veto.

95. Tendo havido comoriência do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, no meio do terceiro ano do mandato:

- a far-se-á eleição popular trinta dias depois;
- b far-se-á eleição pelo Congresso Nacional, noventa dias depois;
- c assume a Presidência da República, temporariamente, o Presidente da Câmara dos Deputados;
- d assume a Presidência da República, temporariamente, o Presidente do Senado.

96. Dentre os sete conselheiros que compõem o Tribunal de Contas de um Estado-membro, o Governador do Estado escolhe:

- a dois;
- b três;
- c quatro;
- d cinco.

96. Segundo literal disposição constitucional, inserem-se no processo legislativo:

- a instruções normativas;
- b portarias;
- c decretos executivos;
- d resoluções.

96. Compete, privativamente, à União legislar sobre:

- a propaganda comercial;
- b direito tributário;
- c direito penitenciário;
- d educação, cultura, ensino e desporto.

96. Constitui vedação constitucional em termos absolutos:

- a restrição à publicidade dos atos processuais;
- b extradição de brasileiro nato;
- c instituição da pena de morte;
- d identificação criminal de alguém já identificado civilmente.

100. Na hipótese de existência de Território, o número de deputados federais que ele elegerá é de:

- a dois;
- b três;
- c quatro;
- d oito.

ARQUIVO - 2090

Gabarito do III Exame de Ordem de 2002

01:A	02:C	03:C	04:C	05:C
06:C	07:D	08:D	09:D	10:B
11:D	12:A	13:D	14:D	15:A
16:D	17:C	18:D	19:D	20:A
21:C	22:A	23:A	24:C	25:D
26:C	27:B	28:D	29:B	30:C
31:D	32:D	33:D	34:A	35:B
36:B	37:C	38:D	39:D	40:C
41:C	42:A	43:D	44:A	45:B
46:A	47:D	48:C	49:A	50:C
51:B	52:B	53:C	54:D	55:D
56:A	57:A	58:D	59:A	60:C

61:C	62:A	63:C	64:B	65:D
66:B	67:C	68:C	69:A	70:B
71:B	72:D	73:A	74:A	75:A
76:D	77:B	78:B	79:A	80:B
81:B	82:C	83:A	84:C	85:C
86:B	87:D	88:B	89:A	90:C
91:D	92:A	93:B	94:B	95:C
96:B	97:D	98:A	99:B	100:C